

Em declaração ao portal 'Comunique-se', a TV Globo justifica o privilégio descabido de ter acesso privado às investigações da Polícia Federal, preterindo todos os demais órgãos de comunicação, como uma façanha de seus repórteres, conhecida no jargão jornalístico como "furo". É um acinte. Já houve caso em que repórter dessa empresa participou de operações de prisão usando o colete da Polícia Federal, o que evidentemente vai muito além do conceito normal de "furo" de reportagem. Na verdade, é a Polícia Federal quem está escolhendo o dono do "furo".

Além disso, em clara referência ao meu pronunciamento no Senado pedindo isonomia de tratamento pela Polícia Federal, em relação aos órgãos de imprensa, na divulgação de suas investigações, a referida rede classifica-me como "porta-voz político-religioso" de uma emissora, a Record, não obstante tenha me referido, expressamente, à TV Bandeirantes como outra televisão discriminada. A Rede Globo quis desqualificar um senador da República, devido ao seu vínculo religioso, como se a matéria tratada não tivesse um conteúdo estritamente republicano e cidadão.

A TV mencionada também alega que meu protesto reflete a inconformidade da concorrência com seus "furos", em uma atitude de quem ficou "para trás", como se eu estivesse inconformado com a livre concorrência entre os órgãos de comunicação. Obviamente, sou um defensor intransigente dessa liberdade e vejo, nese campo, que o Brasil tem melhorado muito, pois a TV Globo já não é o detentor dela - embora, com a ajuda da Polícia Federal, esteja tentando recuperá-la mediante o monopólio das fontes públicas de informação.

Reafirmo meu apoio incondicional ao trabalho que tem sido feito pela Polícia Federal, no combate à corrupção em todas as instituições onde ela se instalou. Entretanto, condeno os excessos, como muitos dos meus pares no Congresso, no Judiciário e no Executivo. Um desses excessos é a exposição pública de suspeitos por uma rede de TV intencionalmente escolhida, em uma espécie de condenação prévia. Se a Polícia Federal pode escolher quem vai dar o “furo”, ela também pode escolher que “furo” vai para o ar. Isso é inaceitável em uma democracia.

A forma canônica, transparente e justa com que um órgão governamental, qualquer que seja, comunica informações à sociedade é a entrevista coletiva pública. Cobrei do senhor ministro da Justiça, Tarso Genro, uma investigação a respeito. Não fiz isso como “porta-voz político-religioso”, mas como senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro, o que muito me honra. Faço-o em nome dos inocentes injustamente enxovalhados e em nome do povo que tem direito a uma informação limpa e não manipulada. Espero do ministro as providências devidas.

*\*Senador da República pelo PRB – RJ, líder de seu partido no Senado Federal e vice-líder do bloco de apoio ao Governo*

